



BRASIL E ANGOLA: AFINIDADES E APROXIMAÇÕES

Corcino Medeiros dos Santos

Professor licenciado em História pela USP e Doutor em Ciências (História do Brasil), exerceu o magistério superior de 1967 a 1975.

Com vários trabalhos publicados, foi presidente do Conselho Diretor da Universidade Metodista de Piracicaba e diretor do Museu Histórico da Universidade do Estado de São Paulo em Marília.

Atualmente é professor-adjunto da Universidade de Brasília e coordenador do programa de pós-graduação em História.

1. ÁFRICA E AMÉRICA LATINA

Faz pouco tempo que a África e a América começaram a diminuir as distâncias econômicas, políticas e culturais que as tornavam estranhas uma à outra. As vantagens obtidas com a descoberta e o desenvolvimento de interesses comuns poderiam ser mais substanciais, mas os dois continentes começaram apenas a explorar as possibilidades de uma cooperação mais acentuada ou de interesses conciliatórios que tanto podem ser comuns como antagonicos.

O desenvolvimento provém da dependência de ambos os continentes da exportação para os países desenvolvidos de uma série semelhante e limitada de produtos agrícolas primários como café, algodão, açúcar, etc., exportação que normalmente está ao sabor dos preços e ofertas oscilantes e às vezes decrescentes que superam a demanda. A concorrência na exportação desses produtos é às vezes aguda, prejudicando a ambos os fornecedores. Um dos resultados dessa concorrência foi a busca por cada um de mercados protegidos e prioritários para sua produção agrícola. Assim, os Estados africanos associados ao Mercado Comum Europeu procuraram e obtiveram entrada franca para suas exportações.

O livre acesso ao MCE traz a esses Estados africanos importante vantagem na competição com a América Latina, a qual estão dispostos a manter. Por outro lado, a América Latina desfrutou de tratamento prioritário no mercado norte-americano de café, açúcar, banana, etc., e está disposta a excluir outras nações de tais ajustes.

Uma outra fonte de atritos entre África e América Latina é a competição pela ajuda econômica e técnica dos países desenvolvidos e das organizações internacionais como o Banco Mundial. Ambos lutam por empréstimos mais suaves e ajuda bilateral.

Tradicionalmente a América Latina tem sido considerada zona de influência dos Estados Unidos, e a África de suas antigas forças coloniais ou da Europa. Contudo, interesses políticos têm determinado importantes programas de ajuda norte-americana à África, bem como algumas manifestações concretas de interesse na América Latina por parte da Europa Ocidental.

O comércio entre a África e América Latina ainda não é substancial, mas há fatores que favorecem ou poderiam favorecer uma expansão considerável dos negócios. Os países de ambos os continentes estão diversificando o seu intercâmbio comercial a fim de reduzir a dependência dos mercados tradicionais. De outro lado, a diferença nas fases de industrialização, aliada à proximidade geográfica, torna possível a exportação latino-americana de artigos não pertinentes e essenciais para a África Ocidental especialmente.

Por meio de uma hábil combinação de créditos, ajuda e auxílio técnico, a Índia, o Japão, Israel e a Rússia ampliaram rapidamente o seu comércio com a África, e não há razão para que países sul-americanos, como o Brasil e a Argentina, não lhes sigam o exemplo. A África oferece um mercado em rápida expansão para bens de consumo de baixo custo nos quais a Europa Ocidental e a América do Norte ficam em desvantagem de competição devido aos altos custos de sua produção.

Para a intensificação dos contatos de toda natureza poderiam estimular e promover viagens de jornalistas, intercâmbio de atletas, intercâmbio cultural e ajuda técnica das respectivas áreas. A iniciativa a favor da multiplicação desses contatos poderia provir da OUA (Organização da Unidade Africana) e da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), que encarnam o desejo de cada região em fundamentar o seu desenvolvimento na cooperação supranacional.

2. ÁFRICA E BRASIL

No período colonial, o Brasil mantinha estreitas relações com a África. Os interesses econômicos e estratégicos já se tornavam evidentes desde o século XVII, quando da restauração de Angola pelo Rio de Janeiro. Hoje, sobretudo, não podemos escapar à verdade que nos coloca na vertente atlântica da África. Daí M. Archer dizer que o *Brasil é a fronteira da África*. No momento em que uma potência hostil ao Brasil ocupar a costa atlântica da África, em qualquer ponto, começaremos indubitavelmente a sentir um clima de inquietação. Por isso, afirma Meira Mattos:

"No quadro da defesa continental e da estratégia ocidental, a África hodiernamente interessa muito mais ao Brasil do que qualquer outra área do universo". E acrescenta José Honório Rodrigues: "A proximidade geográfica das duas costas, as trocas comerciais, a tropicalidade da experiência humana são fatores permanentes de aliança". Por tudo isso e mais pelo intercâmbio de influências, o Brasil não pode ignorar o destino atual da África. Contribuindo para o estreitamento das relações de todo tipo, havia e há uma quase identidade geográfica. A África Ocidental apresenta tantos aspectos semelhantes ao Brasil que torna viável a possibilidade de ter sido ligada a este em épocas que precederam as glaciações.

O papel político e econômico do Atlântico tem sido largamente estudado em trabalhos como *Séville et l'Atlantique* de P. Chaunon, *Le Portugal et l'Atlantique* de F. Mauro; *Histoire de l'Atlantique* de J. Godechot; *O Comércio Livre entre Havana e os Portos de Espanha* de M. N. Dias, etc.

No período colonial se dizia: "A África civiliza o Brasil". Essa expressão evidencia a importância daquele continente para a Terra de Santa Cruz. Essa importância provinha do fato de termos uma economia escravocrata e a África como fornecedora de mão-de-obra escrava. As relações intensas entre o Brasil e a África foram sobretudo baseadas no tráfico de escravos. Por isso, com a supressão do tráfico, elas se esfriaram completamente. E, para aumentar mais ainda o distanciamento entre ambos, a África passou a ser um concorrente do Brasil no fornecimento de produtos tropicais ao mercado europeu.

A partir do início deste século, entretanto, tornou-se necessário uma redefinição da política externa brasileira em termos de conjunto e especialmente em relação à África, da qual se procurou reaproximar. Contudo, pouco se fez no sentido de um estreitamento de relações com o continente negro. Apenas foram realizadas algumas gestões mais formais que efetivas. No final do primeiro quartel deste século, todavia, o Brasil volta a demonstrar interesse real pela África. Fato que pode ser explicado, em primeiro lugar talvez, pela agressiva concorrência africana aos nossos produtos no mercado internacional. Se não vejamos: entre 1927-1928, Uganda produzia mais algodão que Pernambuco; Gana, em 1913, era o maior produtor de cacau do mundo e, em 1927, contribuía com 50% da produção mundial. Pela mesma época, a Nigéria era o primeiro produtor de óleo de palmeira e o terceiro de amendoim, e Guiné produzia mais arroz que todo o Brasil (J. H. Rodrigues — *Brasil e África, Outro Horizonte*, Rio de Janeiro, Civil, Bras. 1964 — 1º vol., pág. 212). Em segundo lugar, porque depois da recessão econômica de 1929 e da Revolução de 1930, operou-se uma mudança de orientação na política brasileira. O então ministro das relações exteriores procurou desenvolver uma nova e agressiva política comercial. Foi dentro dessa perspectiva que concluiu com a Inglaterra, em 1931, um acordo comercial que no ano seguinte foi estendido às colônias e territórios sob o mandato britânico, como Gana, Togo, Nigéria, Rodésia do Norte, Serra Leoa, Somália, Tanganica, Uganda e Zanzibar (J. H. Rodrigues, op. cit.). Esse acordo foi um passo importante no caminho da reaproximação, mas as transações com aquele continente não sofreram aumento significativo.

Durante a Segunda Guerra Mundial desperta-se novo interesse pela África, quando o Ministro Oswaldo Aranha mandou representante diplomático ao teatro de guerra africano, que além de observador procurou estudar e estabelecer um sistema de cooperação. Com o fim da guerra, entretanto, nova descontinuidade se verificou. As relações que o Brasil mantinha com as jovens nações africanas eram mais formais que efetivas.

A verdade é que a falta de atenção para com a África, cuja costa ocidental dista poucas horas de voo do Nordeste e a importância permanente do Atlântico Sul para os planos de cooperação econômica, cultural e de defesa impuseram novos rumos à política externa brasileira. A África voltou a merecer especial atenção, porquanto houve nova retomada de posição. O governo revolucionário está consciente de que o Brasil tem um importante papel a desempenhar na África.

As ligações afro-brasileiras ensinaram-nos que uma política intercontinental adequada e corajosa poderá criar melhores condições de segurança e desenvolver nosso comércio externo.

3. BRASIL E ANGOLA

Angola, desde o início de sua história integrando o patrimônio ultramarino lusitano, passou a servir aos interesses econômicos metropolitanos então centralizados no Brasil, através da lavoura da cana e indústria do açúcar. A finalidade de Angola era servir escravos ao Brasil. Sem negros escravos não havia açúcar e sem Angola não havia negros. Não podia haver dicotomia entre escravidão e produção açucareira, bem como não podia haver dicotomia entre Brasil, terra do açúcar, e Angola, terra de negros. Essa verdade fica evidente no final do primeiro quartel do século XVII, quando a Holanda, entrando na competição colonialista, ocupou o nordeste brasileiro, então maior centro produtor de açúcar. Para continuar produzindo açúcar, esse país teve que tomar a Portugal também Angola. Do mesmo modo, os portugueses em sua reação contra seus competidores batavos, reconquistaram Angola partindo do Rio de Janeiro para depois reconquistar o Nordeste. A proximidade a curta distância entre o Brasil e Angola explicaria esse tipo de relacionamento. Citando o cronista holandês Barleus, escreve J. H. Rodrigues: "Somente daquela costa africana soem transportar escravos para o Brasil, onde são vendidos por toda parte. E, além disso, só o Brasil, por ser vizinho de Angola, poderia defendê-la com as armas e ajudá-la com alvitres de modo mais eficaz e pronto" (op. cit., 1º vol., pág. 18).

A autoridade portuguesa na costa ocidental africana estava repartida em dois governos, o de São Jorge da Mina e o de São Paulo de Luanda. Isso equivale a dizer que eram duas as feitorias, os dois grandes centros fornecedores de escravatura ao Brasil. São Paulo de Assumpção de Luanda se relacionava mais diretamente com o Rio de Janeiro, enquanto São Jorge da Mina com a Bahia.

Além da proximidade, outros elementos como identidade geográfica, semelhanças antropológico-culturais e etc., representam traços de união entre o Brasil e

Angola. Não é à toa que na ocupação do interior de Angola e do Brasil existem muitos episódios parecidos. A diferença está no fato de que a penetração e ocupação do interior angolano se processou dois séculos mais tarde do que a do Brasil.

Há na conquista e ocupação do território angolano muitos episódios semelhantes com os da epopéia das *bandeiras*. Havia sempre o elemento de contato entre brancos e negros, como no Brasil entre brancos e índios. Era o comerciante sertanejo, branco ou mulato, que confiado na sua audácia saía do litoral e internava-se pelas terras povoadas de gente insubmissa.

Depois da recuperação de Angola aos holandeses, esta se transforma quase que numa dependência do Brasil. Não só do ponto de vista administrativo, porquanto os governadores e funcionários eram brasileiros, como do ponto de vista econômico-comercial. Esse fato levou os comerciantes metropolitanos a fazer um justo pretexto contra a preponderância do Brasil no domínio das relações comerciais com Angola. Assim expressavam: "... não se pode ver sem grande dor que os nossos Domínios do Brasil tenham absorvido em si todo o comércio e navegação da costa da África com total exclusão de Portugal e que aquela parte, que os brasileiros não fazem, parece toda em poder das Nações estrangeiras" (Carlos Couto — *Capitães-Mores em Angola no Século XVIII* Luanda, I. I. C. A. 1972, pág. 188). Com relação ao comércio do Oriente, acontecia o mesmo. As naus da Índia ao passarem pelos portos da Bahia e Rio de Janeiro, vendiam não só mercadorias para o seu consumo como também aquelas que se destinavam a Angola e América espanhola e as sobras é que chegavam a Lisboa.

Atendendo aos comerciantes do Reino, e para minimizar a supremacia brasileira no comércio angolano-asiático, o Rei determinou que toda embarcação procedente do Oriente fosse impedida de entrar em portos brasileiros, salvo em casos de extrema necessidade. Ao mesmo tempo, estabelecia-se a obrigatoriedade de escalas pelos portos de Benguela e Luanda (C. Couto — op. cit., pág. 189).

De fato, dos navios que freqüentaram o porto de Luanda no século XVIII, apenas 15% procediam de Portugal, os outros 85% procediam do Brasil, sendo que ao Rio de Janeiro cabia o despacho de 50 a 60% dos navios que lá chegavam (C. M. dos Santos — "Relações de Angola com o Rio de Janeiro", *Revista de Estudos Históricos*, nº 12, Marília, 1973). Os interesses de Angola e Brasil estavam de tal forma interligados que o movimento de independência brasileiro foi continuado lá, com públicas manifestações de adesão.

3.1. Intercâmbio Cultural Angolano-Brasileiro

Um dos grandes problemas dos domínios ultramarinos era o da saúde pública. Daí as iniciativas das autoridades metropolitanas ou coloniais no sentido de implantar e incrementar o ensino da medicina. Essas iniciativas esbarravam em geral com a descontinuidade, o desinteresse das populações e o baixo nível dos alunos.

Os jesuítas foram os principais responsáveis pela instrução em todos os níveis, quer na Metrópole quer na colônia, até meados do século XVIII. Com sua expulsão, se os oratorianos foram capazes de substituí-los na Metrópole, não o foram nas colônias. O novo sistema implantado pela administração pombalina ficou muito aquém das necessidades e inferior em qualidade. Ficou, portanto, no Brasil especialmente, uma lacuna por espaço de meio século. Essa lacuna, entretanto, só foi preenchida no início do século XIX com a transferência da Corte, que inaugurou uma nova era não só na vida político-administrativa, econômica e cultural, como também no domínio da instrução pública do Império português. Muitos setores sofreram notável impulso com a criação de escolas médico-cirúrgicas na Bahia e Rio de Janeiro. Ao lado desta, outras instituições de ensino, como aulas de comércio, academias militares, biblioteca pública, museu, jardim botânico etc., foram criadas e implantadas.

O intercâmbio econômico, cultural e etnológico que se fazia entre o Brasil e a costa ocidental africana, sobretudo Angola, foi intensificado a partir desses acontecimentos. Abriu-se, portanto, um período de intensas relações culturais entre Angola e Brasil. Os jovens angolanos, que outrora se dirigiam à Metrópole para estudar, vêm agora para o Brasil e, ao regressarem à sua terra natal, levam além dos conhecimentos científicos adquiridos, também os costumes, aumentando mais ainda as afinidades entre um povo e o outro.

Com freqüência o Brasil socorria Angola com a remessa de medicamentos, e na ocasião da criação do *horto farmacêutico* de Luanda, várias espécies foram remetidas do Brasil.

Uma nota curiosa é que grande parte dos angolanos (funcionários e militares) que tiravam licença para tratamento de saúde ou entravam em gozo de férias, não se dirigia à Metrópole como os brasileiros, mas ao Brasil. De outro lado, Angola foi freqüentemente usada como presídio de malfeitores brasileiros. Foram comuns e sobejamente conhecidos os degredos para Angola. Alguns desses degredados, que estavam condenados por crimes políticos ou ideológicos, foram recuperados e acabaram ocupando postos de relevo na administração de Angola. No terreno do intercâmbio administrativo não podemos ignorar que, além dos degredados, alguns altos funcionários, depois de adquirirem experiência no Brasil, eram nomeados para a administração de Angola. Mas há também aqueles que servem em Angola e depois são também aproveitados no Brasil. Estão nesse caso, por exemplo, José Maria Bontempo e Joaquim José Marques. O primeiro foi físico-mor de Angola por vários anos e, em 1808, foi transferido para a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, sucedendo o mesmo com o segundo (Rebello, Manuel dos Anjos da Silva — *Relações entre Angola e Brasil*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970). Também Francisco Antonio Ferreira, residente no Rio de Janeiro, foi nomeado em 1810 cirurgião-mor de Benguela (Rebello, Manuel dos Anjos S. — op. cit.).

Da mesma maneira que Angola contribuiu com uma fauna variada para o engrandecimento do Gabinete de História Natural da Ajuda, também contribuiu para o Museu de História Natural do Rio de Janeiro. Pássaros, zebras e outras variedades da fauna e da flora foram enviados.

O intercâmbio cultural entre Angola e Brasil se desenvolveu no passado sem que houvesse o propósito deliberado de qualquer das partes. Agora, mais do que nunca, é indispensável que seja intensificado por meio de programas especiais, a fim de que os fatores que nos aproximam sejam sabiamente utilizados, para que as poucas barreiras que ainda existem sejam destruídas. Somos igualmente povos do Atlântico, falamos a mesma língua, temos a mesma religião dominante, possuímos formação econômica e social semelhantes, e possuímos os mesmos recursos naturais. Por tudo isso, temos interesses comuns. Logo, é preciso que nos unamos para a defesa de nossos interesses comuns e a eliminação das divergências que possam existir.

Um intercâmbio de experiências, de tecnologia, de estudantes universitários, de professores, de jornalistas e de empresários seria bastante oportuno.

3.2 Intercâmbio Econômico-Financeiro

A privilegiada posição geográfica do Brasil em relação à costa ocidental africana (Angola) — onde o Oceano Atlântico é muito mais um elemento de aproximação do que de separação — permitiu que os brasileiros fizessem uma navegação direta, segura e econômica com aquela costa. De outro lado, o Brasil produzia os gêneros mais procurados pelos africanos, o que facilitou o estabelecimento de um domínio comercial com a quase exclusividade da Metrópole. Dentro do palco colonial, só indiretamente Portugal recebia benefícios daquela colônia. É que os escravos extraídos de lá vinham incrementar a produção da agricultura e das minas do Brasil. Daí afirmar Oliveira Martins que Angola era a "mina de escravos, sem a qual não produziriam, nem as plantações, nem as minas de ouro da América portuguesa". (*O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa, 1920, pág. 98.)

Essa dependência de Angola em relação ao Brasil e vice-versa se estabeleceu desde o início do período colonial, pois entre 1575 a 1591 ela teria exportado para o Brasil cerca de 52.053 escravos, informação que não está muito longe da verdade, pois no século XVIII somente o porto de Luanda exportaria mais de meio milhão.

Durante o século XVIII e primeira metade do seguinte, Angola continuou sendo grande fornecedora de mão-de-obra ao Brasil, mas com maior vinculação ao porto do Rio de Janeiro, já que os de Pernambuco e Bahia estavam mais voltados para outras áreas do continente africano. Além do forte atrativo que representava o alto preço dos escravos no porto do Rio de Janeiro, em consequência de sua maior proximidade das áreas de mineração, também daí se fazia intenso comércio (legal e de contrabando) de negros africanos para o Rio da Prata. As principais mercadorias exportadas do Rio de Janeiro para Angola eram aguardente de cana, tabaco, açúcar, carne-seca, farinha de mandioca, arroz, feijão, toucinho, além das mercadorias próprias da Europa e Ásia, como baetas, aniagens, linhas de Hamburgo, serafinas, lenços de algodão e seda, zuartes etc.

No que diz respeito à aguardente de cana, para se ter uma idéia do volume das transações basta lembrar que no período de 1803 a 1808 deram entrada, oficialmente, no porto de Luanda 12.705 pipas de aguardentes procedentes do Rio de Janeiro.

Durante largo período do século XVIII uma mercadoria que se tornou necessária para a realização do tráfico de Angola para o Rio de Janeiro foi o cavalo. Todo navio que partia do Rio de Janeiro devia, obrigatoriamente, transportar um, dois ou mais cavalos, animal que era necessário para o esquadrão de cavalaria que se organizava em Angola. Como extensão do mesmo problema, foi preciso desenvolver também lá a criação de equínos e o Brasil forneceu as matrizes, éguas, garanhões e jumentos do Rio Grande do Sul.

Quanto à principal mercadoria de torna-viagem, o escravo, os informes dos cronistas e a documentação oficial nos aproximam de uma média anual de 15 navios e uma importação superior a 12.000 negros por ano para todo o Brasil. Mas entre 1795 e 1808 entraram no porto do Rio de Janeiro 304 navios negreiros que conduziam 134.599 escravos (termo de contagem da Alfândega, Cod. 242, vol. 1, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). Dessas 304 embarcações, 172 (56,7%) procediam de Luanda. Mas entre 1736 e 1808, 1.150 navios do Rio de Janeiro aportaram em Luanda. Admitindo-se que correspondam aos mesmos 56,7% e à média de 440 escravos por navio, chegamos à conclusão de que, nos 72 anos referidos, o porto carioca teria recebido cerca de 506.000 escravos de Luanda.

Fala-se muito no comércio triangular: Metrôpole—África—Brasil, isto é, as embarcações saíam lotadas de fazendas européias, vendiam no continente africano, onde eram lotadas de escravos que se vendiam no Brasil e, com o produto, eram carregadas de açúcar e tabaco para a Metrôpole. Na prática não foi bem assim; raros foram os navios que fizeram esse giro. Havia um comércio triangular, sim; mas apenas as mercadorias faziam o giro. Por outro lado, os mecanismos de troca, as exigências dos mercados regionais contribuíram para a limitação desse giro mercantil. Havia uma carreira da África, isto é, um grande número de navios que só navegavam do Rio de Janeiro para Angola ou do Brasil para a África. Transportavam principalmente gêneros brasileiros que o mercado africano exigia, e traziam o que ele oferecia.

Angola foi quase que uma feitoria do Brasil, para onde remetia tudo que pudesse contribuir para o seu progresso: para cá enviou sua gente, seu capital, suas matérias-primas.

Quando da transferência da Corte, Angola contribuiu para a fundação do Banco do Brasil com a subscrição de ações. A fábrica de pólvora, que se instalou no Rio de Janeiro, funcionou com matéria-prima (enxofre) de Angola que também comprava pólvora aí produzida.

Durante a primeira metade do século XIX até a abolição do tráfico, as relações econômicas continuaram. Mas com a supressão do tráfico, elas foram praticamente interrompidas. E daí até meados do presente século, Angola, como toda a costa ocidental africana, era concorrente do Brasil nos mercados internacio-

nais de gêneros tropicais. Além disso, em termos comerciais, eliminado o escravagismo, a África tinha pouco a oferecer.

A partir de 1945, final da Segunda Guerra Mundial, a África não podia ser ignorada. O acelerado processo de descolonização determinou o nascimento de jovens nações que vivem em permanente instabilidade política, que por sua vez acarreta também uma constante instabilidade econômica. As causas dessa instabilidade são muito variadas, mas John Darnton as resumiu em cinco: o confronto branco-preto, o envolvimento das grandes potências, a atração dos novos independentes, secessão e fronteiras, e a diversidade de governos e líderes (Jornal do Brasil, 5/9/76). É evidente que a instabilidade tem sido um entrave ao desenvolvimento e ao progresso, na medida em que ameaça os investimentos e dificulta a realização de intercâmbios permanentes.

3.3 Os Bantos Angolano-Brasileiros

Os povos de Angola, com exceção dos Hotentotes, Bochimanos e Vatuas, são bantos. Os bantos, que povoam cerca de três quartas partes da África, não constituem uma raça pura, pois sofreram influência hamítica, etíope e árabe. Mesmo assim, formam uma massa humana mais ou menos compacta, pois existem semelhanças culturais muito grandes entre tribos que habitam locais absolutamente opostos. O que nos faz crer que a mentalidade e os costumes africanos, salvo pequenas variações, são mais ou menos os mesmos.

Entre os bantos angolanos e em geral existe o costume de atribuir às mulheres os trabalhos mais duros da agricultura, construção e transporte (Ualahu Mugur — *Angola, Chave de África*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ltda., 1968). Os homens consideram o trabalho agrícola incompatível com a sua dignidade. Esse hábito teria origem na concepção dualista do universo: *terra e céu*. A mulher representaria a terra, a fecundação, e o homem o céu, que não é criação, mas destruição. Daí dedicar-se ao fabrico das armas e à guerra.

A mulher banto tem um papel sócio-econômico muito importante na comunidade, pois acumula as funções de mulher, de mãe, de guia espiritual com as de instrumento de produção.

Os bantos são monoteístas; veneram um Deus supremo, mas temem o mal e o desconhecido. Daí a importância dos feiticeiros nas organizações tribais. São eles os únicos capazes de conjurar os espíritos maus, os demônios. Se a religião cristã prega o amor a Deus e o respeito aos mandamentos, os negros aceitam mas os esquecem quando desejam afastar as forças maléficas que os atormentam, o que explica por outro lado o sincretismo religioso.

Para a maioria dos bantos angolanos Deus é como um grande soba que muitas vezes não toma conhecimento das preocupações e necessidades de seus súditos. É um *deus otiosus et remotus*. O caráter pessoal do poder político foi trasladado para o Céu. O mundo e tudo que nele existe é propriedade de Deus

(Santos, Eduardo dos — *Religiões de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969, pág. 323).

Um soba que detém o poder político está muito acima de seus homens e, por isso, encarrega alguns dos seus de tomarem a chefia imediata do seu povo. O mesmo acontece com Deus, que criou o mundo e entregou seu governo imediato aos espíritos (Santos, Eduardo dos — op. cit.). É esta concepção cosmogônica que explica o perfeito ajustamento entre o generalizado culto dos orixás e o monoteísmo banto. Uma prática também generalizada entre os bantos é a de usar os espíritos dos ancestrais como medianeiros entre a criatura e o criador.

O caráter singular da providência divina e o papel relevante atribuído aos orixás tornaram o ambiente espiritual do banto propício ao predomínio da magia e dos feitiços. Num mesmo rito entrecruzam-se manifestações religiosas e manifestações mágicas.

Muitos são os nomes pelos quais os diversos povos bantos designam a Deus. Senão vejamos. Os congos bavilis chamam a Deus *Nzambi-Mpungu* (criador de tudo); para os cabindas bavilis, o principal é *Nzambi* (maior influência na geração humana); para os jingas, *Nganga-Nzambi* (ente supremo e princípio do bem); os bachicongos e os bassossos têm *Nzambi* como ente supremo, princípio do bem e criador de tudo; para os maiombes, todos os feitiços estão subordinados a *Nzambi*, mas o *Nzambi* dos baiacas e bussurongos é muito bom, criador de todas as coisas e fonte de todo o bem. Os bassucos distinguem entre *Nzambi-a-Mpungu*, do sexo masculino, e *Kamona Mauese*, feminino (Santos, E. dos — op. cit. págs. 324-327). Como se pode observar, os povos bantos de Angola, com pequenas variações, têm de Deus um conceito de Criador Todo-Poderoso, Senhor do Céu e da Terra. Roger Bastide, Arthur Ramos, Edson Carneiro e Nina Rodrigues encontraram sobrevivência das religiões banto em vários pontos do país.

Entre os povos bantos que forneceram contingentes de escravos ao Brasil, o deus principal era *Nzambi* ou *Zambi* em Angola, o mesmo que *Zambi ampugu*, no Congo, mas não tinham uma noção exata desse Deus, como os yorubas que não sabiam explicar o que era *olorum* (A. Ramos — *O Negro Brasileiro*, S. P. Comp. Ed. Nac., 1951, pág. 91).

Entre algumas tribos de Angola chamam-no *Ngane*, *Nzambi* (o Senhor Deus). Mas entre outros grupos de Luanda "usam também pequenos crucifixos de metal e ainda imagens e requisitos de papel, a que chamam *Zambi*. Foi com esse caráter indeterminado que *Zambi* chegou ao Brasil" (A. Ramos — op. cit., pág. 93). No Rio de Janeiro, por exemplo, os negros conheciam *Ganga Zumbu* (influência de Zambu) e *Ganga Zona* (o Senhor Deus).

O *Zambi-a-Mpungu* também chegou ao Brasil, mas é menos conhecido que o *Zambi* angolano.

Há entre os povos bantos uma infinidade de divindades inferiores (os orixás e exus) que variam de região para região. A eles rendem cultos sob as mais variadas formas. Existe uma multidão de espíritos bons e maus a que chamam *Mzabamba* em Angola e *Legba* em alguns santuários afro-brasileiros. Daí a importância que tem

o culto dos mortos entre eles. Por outro lado, esta é a razão pela qual o fetichismo de procedência banto se difundiu tão intimamente ligado ao espiritismo no Brasil.

Os escravos de procedência banto, em geral, se associaram no Brasil a confrarias religiosas que tinham como patronos santos da igreja católica. Por tudo isso, os orixás foram assimilados aos santos católicos. Foi assim que *oxalá* se identificou com o Senhor do Bonfim na Bahia, santo de maior importância e devoção. *Xangô* foi identificado como São Jerônimo e, no Rio de Janeiro, como São Miguel Arcanjo; *ogum* identificou-se como Santo Antônio e, no Rio de Janeiro, com São Jorge, e os orixás femininos das águas assimilaram-se às várias Nossas Senhoras (A. Ramos — op. cit.) e assim por diante.

Os mesmos traços culturais predominantes que encontramos na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, encontramos também em Minas e no Brasil Central, o monoteísmo de *olorum* complicado com o politeísmo dos *orixás*. Há também a mesma hierarquia sacerdotal, os *babalaôs*, babás ou pais-de-santo; as *yalorixás* ou *yaulô*, os *abás*, os *agans*, *oxoguns*, encarregados dos sacrifícios, e os *anuxans*, que representam os mortos (R. Bastide — *As Religiões Africanas no Brasil*, S. Paulo, Liv. Pioneira, 1971, pág. 286).

A sobrevivência, sobretudo das tradições e práticas religiosas, se explica porque, sendo a escravidão desagregadora das sociedades africanas, das linhagens, dos clãs, forçava o africano a se apegar cada vez mais aos valores de seus antepassados, a seus ritos e deuses como única coisa que lhe restava da terra de origem. Por outro lado, as religiões, as irmandades africanas tiveram importante papel como elemento de resistência dos negros no mundo dos brancos, numa sociedade dicotômica entre senhores e escravos.